

# REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A DISCUSSÃO DE NOVAS CENTRALIDADES

## *Reproduction of urban space and discussion of new centralities*

Wilson Martins LOPES JÚNIOR<sup>1</sup>

Regina Célia Bega dos SANTOS<sup>2</sup>

### RESUMO

Para interpretar a cidade, faz-se necessário considerar a sua dinâmica de produção e crescimento através das transformações no processo de urbanização compreendendo os elementos que configuram a produção do espaço urbano e sua estruturação. Para tanto, deve-se levar em conta o processo de reprodução do capital e toda a sociedade e o seu cotidiano. Desta forma, identificam-se e avaliam-se as áreas de concentração do espaço urbano, ou seja, a centralidade. As mudanças na organização espacial das cidades mostram o surgimento de novas áreas com expressivas atividades comerciais, de serviços e todo um fluxo que expressa a centralidade. Neste processo, ocorre a descontinuidade do território da cidade e a criação de novos espaços que representam a fragmentação. Enfim, tem-se a produção de espaços interiores na cidade com suas funções específicas como: produção, consumo, moradia, e outras que influem no valor destas áreas. No caso desta pesquisa objetivou-se estudar a produção e reprodução do espaço urbano discutindo a questão da centralidade e buscando compreender estas novas áreas de concentração.

**Palavras-chave:** Espaço urbano; Novas centralidades; Centralidade urbana.

### ABSTRACT

To understand the city is necessary to consider its production and growth dynamics through urbanization process transformations, and to comprehend the elements that shape the urban space production and structure. Therefore, it is necessary to consider the capital reproduction process, the whole society and its everyday life. This way, it is possible to identify and evaluate the urban concentration areas, in other words, the centrality. The changes in the spatial organization of the cities show the appearance of new areas with significant commercial activities and a whole new flow that reflects the centrality. In this process there are the discontinuity of the city territory and the creation of new spaces representing the fragmentation. In the end, we have the production of interior spaces with specific functions as: production, consumption, habitation and others that influence the value of these areas. In this research, the objective is to study the production e reproduction of urban space by discussing the centrality question and searching to comprehend these new concentration areas.

**Keywords:** Urban space; New centralities; Urban centrality.

1 Doutor em Geografia pelo IG – Instituto de Geociências da UNICAMP. E-mail: prof.wilsonmartinslopes@uol.com.br

2 Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Geografia do IG – Instituto de Geociências da UNICAMP. E-mail: rcsantos@ige.unicamp.br

## INTRODUÇÃO

No estudo da cidade, faz-se necessário considerar a sua dinâmica de produção e o crescimento através das transformações no processo de urbanização. Para tanto, deve-se levar em conta o processo de (re) produção do capital e obviamente toda a sociedade e o seu cotidiano.

Levando-se em conta a dinâmica do desenvolvimento da cidade na história, é necessário compreender os elementos que configuram a produção do espaço urbano e sua (re) estruturação. Desta forma, identificam-se e avaliam-se as áreas de concentração do espaço urbano, ou seja, a centralidade.

No caso desta pesquisa objetiva-se estudar a (re) produção do espaço urbano discutindo a questão da centralidade. Deste modo, busca-se compreender a formação das centralidades e os seus desdobramentos. Portanto, o enfoque é teórico, ou seja, de uma discussão que favoreça no entendimento da reprodução do espaço urbano e as suas relações com a concentração e centralidade no mundo contemporâneo.

A compreensão destas novas áreas de concentração ou centralidade está intimamente relacionada à análise dos processos envolvidos na (re) produção do espaço urbano e na sua reestruturação. Através de estudo deste tema obtém-se compreensão de aspectos relacionados à formação socioespacial que contribuem, por exemplo, na implementação de políticas públicas.

Faz-se necessário expor que na discussão desta importante temática geográfica, muitos aspectos foram abordados e outros ainda serão num outro momento, dentre eles a configuração espacial produtiva; a atuação de diferentes agentes na configuração do espaço urbano; o processo de urbanização; as implicações socioespaciais da valorização do solo urbano; a dinâmica de desenvolvimento da cidade capitalista, levando-se em consideração a inserção da cidade no contexto mundial.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: Reprodução do espaço urbano – momento no qual são apresentadas questões referentes ao espaço urbano e a sua reprodução com o intuito de compreender melhor as dinâmicas socioeconômicas urbanas relacionadas à centralidade. Para tanto, utilizou-se de autores consagrados dentre os quais Santos (1981, 1997, 1998, 2004) uma vez que a sua obra destaca-se como um importante instrumento de análise do espaço geográfico diante das inúmeras mudanças contemporâneas.

Centralidade – discute-se a questão das novas centralidades a partir das mudanças ocorridas nas áreas centrais que são decisivas para a redefinição da centralidade intraurbana. Autores como Spósito (1991, 1998) que contribui com novas expressões para a centralidade urbana, além de discutir a questão do centro, e também Corrêa (1995, 1997) que apresenta importante discussão referente aos processos espaciais de modo a favorecer diferentes interpretações sobre o espaço urbano, entre outros autores sustentaram esta etapa.

Nas Considerações Finais buscou-se realizar observações referentes às novas centralidades urbanas a partir da organização espacial das cidades e o surgimento das áreas de concentração de comércio e serviços. Também se destacaram os espaços interiores da cidade com funções específicas, como produção, consumo e moradia, enfim, intencionou-se uma reflexão sobre a temática apresentada.

## REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A discussão a respeito da centralidade urbana envolve questões referentes ao espaço urbano e à sua reprodução, isto porque a questão da centralidade traz implícitas as dinâmicas socioeconômicas da urbanização que repercutem na cidade e, por conseguinte, no espaço urbano.

Deste modo, o espaço urbano, fragmentado, articulado e caracterizado por diferentes formas de uso da terra, é uma forma espacial produto de diferentes dinâmicas urbanas. A discussão sobre a centralidade justifica-se na redefinição desta forma espacial assim como também pela própria dinâmica social contemporânea.

Mas, para a compreensão de como a reprodução do espaço urbano redefine as relações de centralidade no mundo contemporâneo, necessita-se inicialmente esclarecer o conceito de espaço geográfico, que embasa este trabalho.

Este conceito permite compreender os elementos que configuram a produção e a (re) estruturação do espaço urbano e conseqüentemente abre possibilidades para discutir a questão da centralidade. Para tanto, será adotado como referência o conceito apresentado pelo professor Milton Santos. Em suas diversas obras encontram-se subsídios para a compreensão do referido conceito, destacando-se: *A natureza do espaço técnica e tempo - razão e emoção*.<sup>3</sup> Todavia, outros impor-

tantes autores que enriquecem esta discussão como Soja(1993), Corrêa (1995, 1997), Gottidiener (1993) entre outros, também serão utilizados.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 2004, p. 63)

Com base na citação, entende-se que o espaço possui sistemas de objetos e sistemas de ações que se articulam concomitantemente, de diferentes maneiras, explicitando a dinamicidade espacial.

Desse modo, pode-se ressaltar a importância dos sistemas de objetos e sistemas de ações que, através de sua interação – solidária e contraditória – propiciam a dinâmica espacial. Mas, para a compreensão desta dinâmica do espaço faz-se necessário considerar a noção de tempo, pois são justamente os processos que ocorrem na história que caracterizam as formas espaciais.

Especificamente no caso dos sistemas de objetos a atenção deve centrar-se na distinção entre coisas e objetos. Neste sentido, o homem e suas intenções sociais constituem-se nos responsáveis pela transformação de ‘coisas’, que a princípio são naturais para objetos (sociais).

Seguindo esse raciocínio, cada vez menos existem ‘coisas’, diante de sua utilização pelo homem a partir de suas práticas sociais, em determinado momento histórico. Ou seja, ocorre a transformação da natureza (coisas), em sistema de objetos. Assim, conforme Santos (2004), os objetos são mais do que dados, ou coisas, são o resultado de atos do homem de modo a definirem a ação.

Merece ser destacada a ênfase dada por Santos (2004), ao fato de o espaço geográfico ser constituído por objetos de forma contínua, sendo que todos sem exceção devem ser considerados pelos geógrafos como dados que permitem a compreensão de sua realidade. Ou seja, o geógrafo deve privilegiar toda a população de objetos como sistemas, sejam no passado ou no futuro,

pois sua combinação (interação) apresenta um conjunto de características que permitem análise atual e também retroativa através de sua funcionalidade.

A esta importante questão soma-se na atualidade a dimensão técnica. Ocorre que hoje os objetos são criados para atender a uma função muito específica – intencionada – de modo que tanto sua criação como reproduções são decididas, ou contextualizadas, em determinado momento da história por aspectos sociais e técnicos.

De acordo com Santos (2004), a produção de objetos inicia-se com a base intelectual (científica), isto ainda em sua concepção e também com a base técnica, devido à sua estrutura. Mas soma-se neste processo o caráter informacional, pois existe uma finalidade, ou seja, objetiva-se um trabalho específico (preciso) que é e por sua vez também recebe informações. Portanto, o objeto no período atual, mostra-se: técnico-científico-informacional. Desta forma, o objeto técnico se insere no sistema de objetos.<sup>4</sup>

No que diz respeito à compreensão dos sistemas de ações, é preciso lembrar que o homem ao definir um objetivo executa uma determinada ação para que possa conseqüentemente atingi-lo. Assim, a ação é um processo com um determinado objetivo, ou seja, decorrente da intencionalidade do homem.

Nesta perspectiva, as ações recaem diretamente sobre os objetos, ao atribuir sentido a estes últimos de modo a explicitar a relação entre os dois. Ainda soma-se, neste caso, a técnica que atinge os objetos diferentemente, porém, apesar desta diversidade/complexidade de objetos, tanto estes como as ações estão articulados. Portanto, uma análise geográfica que vise enfocar o espaço geográfico necessita indiscutivelmente privilegiar esses dois elementos em sua composição – interação.

De acordo com o exposto, as ações e os objetos, enquanto sistemas estão envolvidos numa relação solidária e contraditória, como definiu Santos (2004). Assim, centrando-se especificamente no conceito de espaço nota-se sua característica dinâmica, relacionada à sua capacidade de transformação, a partir da indissociabilidade entre os sistemas de objetos e sistemas de ação. Entretanto, merece ser enfatizado que tanto

3 A obra em seu todo revela-se um instrumento para análise do espaço geográfico diante de suas mudanças, principalmente num mundo globalizado onde explicitam-se questões de ordem global e local. Também possibilita a reflexão teórica sobre questões geográficas que auxiliam o leitor na compreensão da teoria geográfica. Assim, esse livro caracteriza-se por auxiliar na construção de um caminho teórico-metodológico, no qual se desenvolve uma proposta de abordagem do espaço geográfico. Portanto, propõe uma forma de leitura do espaço geográfico. Santos (2004)

4 Essa questão compreende outros importantes aspectos ou variáveis que refletem diretamente no espaço geográfico. Para maiores informações ver: Santos (1998, 2004)

os sistemas de objetos como os sistemas de ações passam a adquirir com o tempo um significativo caráter de artificialidade, isto devido às condições técnicas e às intenções sociais.

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes. [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2004, p. 63)

Portanto, na interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, que evidenciam a dinâmica espacial, percebe-se que as coisas estão deixando de serem naturais e tornando-se objetos artificiais. Assim, nota-se o vínculo existente entre estes sistemas, na medida em que as ações modificam os objetos. É importante frisar que tanto os objetos como as ações, além de carga técnica, possuem atualmente também caráter científico, ou seja, na relação entre eles evidencia-se a cientificidade refletida na dinâmica espacial como apresentado anteriormente.

Esta perspectiva confere ao espaço uma quantidade de técnicas e intenções sociais que alteram rapidamente a relação sistemas de objetos – sistemas de ações, correspondendo ao que ocorre em âmbito global, mas estranho ao lugar específico.

Em relação a esta importante questão, são os elementos que configuram o espaço urbano e a sua (re) estruturação que possibilitam a análise da concentração das atividades e das pessoas neste espaço e conseqüentemente a compreensão a respeito das transformações nas formas da centralidade.

Tendo como referência a produção do espaço urbano capitalista, nota-se que, de acordo com a dinâmica de acumulação do capital, que envolve a sua necessidade de reprodução, como também os próprios conflitos de classe, pode-se dizer que o espaço urbano é um produto social.

[...] O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele.

[...] A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. (SANTOS, 1997, p. 49).

Nesta perspectiva de análise do espaço urbano, enquanto produto social, não se pode deixar de considerar a sociedade de classes, pois é justamente a dinâmica de funcionamento desta sociedade que atribui o caráter de natureza social ao espaço. Deste modo, as relações espaciais são puramente sociais, sendo que o espaço geográfico e mais especificamente o espaço urbano apresenta-se como a materialização da própria sociedade. Ou seja, o espaço geográfico está diretamente relacionado à produção humana em suas dimensões histórica e social, e não é exterior à sociedade. Ou ainda, o espaço geográfico é produto, condição e meio para todas as atividades humanas.

Merece ser destacada aqui uma característica do espaço que não deve ser negligenciada para o seu entendimento: de desigualdade. Ocorre que o espaço, enquanto produto social é desigual, devido às próprias condições de desenvolvimento do capitalismo que além de se produzir e reproduzir desigualmente, também produz e reproduz as desigualdades.

Conforme o exposto, o espaço se apresenta como um produto social no qual ocorrem diferentes relações sob a diretriz de um modo de produção específico. Isso porque a sociedade produz o espaço geográfico através da mediação do trabalho na complexa relação sociedade – natureza.

O espaço geográfico é produzido constantemente pela sociedade através do trabalho, ou seja, o trabalho materializa-se no espaço geográfico. Desta forma, fica explícita a relação espaço – sociedade com base no trabalho (relações sociais de produção), através do qual ocorre a apropriação da natureza pela sociedade. É justamente devido a essa relação que se pode falar em produção social do espaço, ou seja, o espaço em suas diferentes formas de organização espacial se apresenta como produto das relações sociedade – natureza. O que está sendo enfatizado aqui é que a produção como a reprodução do espaço necessitam ser relacionadas ao processo de produção de mercadorias, que acaba, em síntese, por influenciar a reprodução das formas do viver em sociedade. Ou seja, para a manutenção e reprodução da população é necessária a produção de bens materiais, ou seja, de mercadorias, em se tratando de capitalismo, como também das condições sociais para manutenção da própria vida em sociedade.

De acordo com esta perspectiva, pode-se dizer

que o espaço é produzido e reproduzido através da organização e reorganização espacial provocada pela sociedade.

Esta problematização ajuda a compreender o significado do conceito de espaço apresentado no início do texto.

Neste sentido, nota-se que a própria organização espacial – enquanto sistema de objetos e ações - apresenta-se como objeto de estudo para se compreender a sociedade, uma vez que esta se organiza e se reorganiza transformando a natureza e produzindo e reproduzindo o espaço geográfico. Deste modo, segundo Corrêa (1995), os objetos criados pelo Homem estão presentes de diferentes formas no território garantindo tanto a produção, como no futuro a reprodução, da sociedade revelando a sua organização espacial.

Algumas variáveis envolvidas neste contexto são: processo de produção, relações de trabalho - divisão social do trabalho e relações entre os indivíduos, poder econômico, poder político, entre outros, que estão vinculados aos interesses da produção capitalista que se utiliza da cidade e nela se realizando também o que conseqüentemente reflete na organização espacial. Desta forma, o espaço é organizado em determinado momento histórico associado a fatores como dispersão e concentração, que favorece a compreensão dessa organização.

Certamente a organização do espaço pode ser definida como o resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e concentração em um momento dado na história do espaço. No presente período, os fatores de concentração são, essencialmente, o tamanho das empresas, a indivisibilidade das inversões e as “economias” e externalidades urbanas e de aglomeração necessárias para implantá-las. Tudo isto contribui para a concentração, em uns poucos pontos privilegiados do espaço, das condições para a realização de atividades mais importantes.

Por outro lado, os fatores de dispersão são representados pelas condições de difusão de informações e de modelos de consumo. A informação generalizada é difundida da mesma forma que os modelos de consumo importados dos países hegemônicos. (SANTOS, 1997, p. 29).

Portanto, pode-se dizer que a disposição, ou a forma do espaço num certo momento, também é reflexo dos fatores de dispersão e concentração.

A conseqüência da dispersão e da concentração é notada no espaço através de diferentes processos relacionados às atividades econômicas, à urbanização,

à habitação, ao consumo, dentre outros, que recebem a ação de diferentes agentes da organização espacial, como exemplo, os empresários do setor industrial, principalmente os vinculados às grandes corporações.

Assim, a organização do espaço é um produto do trabalho do homem no tempo, sendo que no caso do capitalismo, os empresários vinculados aos diferentes setores da economia juntamente com o Estado são os responsáveis por essa organização. Desta forma, conforme diz Corrêa (1997), a organização espacial ou o espaço urbano é reflexo e condição da sociedade, que altera a natureza e conseqüentemente a superfície da terra, contribuindo para a reprodução social.

Portanto, é neste sentido que se pode analisar a espacialidade humana, isto é, considerando-se a organização espacial como produto social e não se restringindo ao espaço físico como um conjunto de dados que, por sua vez, não permite a compreensão da espacialidade dada.

No que diz respeito à menção aos aspectos físicos como um conjunto de dados, é importante ressaltar que essa dimensão física do espaço está presente nas abordagens de diferentes áreas e presente também em discussões referentes à análise espacial. A análise materialista histórica, a partir do que Soja (1993) chama de a dialética sócio-espacial, incorporou as características físicas do espaço, não apenas como um mero dado, mas considerando a organização e o sentido do espaço como produto das experiências sociais.

[...] esse espaço físico foi uma base epistemológica ilusória para se analisar o sentido concreto e subjetivo da espacialidade humana. O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e das experiências sociais.

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo. (SOJA, 1993, p. 101-102).

A dialética socioespacial torna-se presente justamente quando a análise materialista da história e da sociedade passa a considerar o espaço também em sua composição física. No entanto, o grande problema é o exagero nesta consideração o que não permite que as análises privilegiem tanto o objetivo como o subjetivo na espacialidade.

Considerar o espaço enquanto potencial de informações (dados) é aceitável, porém, a sua essência como toda a sua organização é muito mais ampla, pois decorre de diversas transformações sociais. Assim, ao se considerar a organização do espaço como produto social, está se enfatizando que se trata de fato de relações socioespaciais, portanto, o estudo sobre organização do espaço remete a discussão para a problemática social, ou seja, para a dialética socioespacial.<sup>5</sup>

Mas, retornando ao espaço urbano na perspectiva da centralidade tem-se que o processo histórico através dos agentes sociais que, por sua vez, produzem e consomem o próprio espaço é responsável por sua fragmentação-articulação, segundo Corrêa (1995). Para este autor o espaço é reflexo da sociedade, além de ser um produto social, nele são criados referenciais (símbolos). O espaço também é um campo de lutas para esse autor.

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. (CORRÊA, 1995, p.11).

Esta proposta de abordagem permite lidar com a complexidade do espaço urbano capitalista, com as suas diferentes características relacionadas ao fato de o mesmo ser um produto social, não somente reflexo da sociedade. O que se quer demonstrar é que na essência, o espaço, constitui-se na própria sociedade, realimentando-a com as suas constantes alterações garantindo a existência cíclica da sociedade, ou seja, a sua reprodução.

Nesta reprodução (produção – consumo), o espaço urbano também sofre alterações na sua forma. Pois, sendo a própria sociedade, as formas espaciais são determinadas, ou melhor, produzidas pelas ações dessa sociedade.

Portanto, as formas espaciais relacionam-se com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, de

acordo com os períodos históricos de desenvolvimento da sociedade. Todavia, não se pode deixar de lado, para esta análise, o Estado e as classes dominantes que, através de seus interesses, influem diretamente na forma espacial urbana, ou seja, na sua configuração.

Deve-se destacar que as parcelas da sociedade constituem-se no contraponto, relacionam-se a possibilidade de resistência, portanto, também têm participação na configuração do espaço urbano, contribuindo para a fragmentação – articulação do espaço reorganizado.

No que diz respeito à fragmentação e articulação estas características se mantêm diante da ação dos agentes sociais que provocam a reorganização espacial, mediante a anexação de novas áreas ao espaço urbano. Portanto, mesmo com a alteração das funções e formas do espaço as relações espaciais ocorrem entre as diferentes partes da cidade de forma fragmentada e ao mesmo tempo articulada.

Vale dizer que, embora exista a fragmentação, a forma do espaço urbano é caracterizada por uma relativa articulação entre as diferentes partes, relacionadas a uma divisão social do trabalho na cidade, onde é visível o reflexo das diferenças de classe, como também este espaço veicula diversos símbolos sociais, evidenciando a sociedade em suas lutas e conflitos. É um espaço imagético, repleto de emblemas – cujo consumo ou posse denota, por exemplo, posição/ascensão social, nível cultural, bom-mau gosto, poder e prestígio.

Mas neste sistema articulado – fragmentado, a própria estrutura social imprime diferenças sociais notadas no espaço da cidade capitalista. Um exemplo das diferenças sociais, visível na própria morfologia da cidade, são as áreas residenciais segregadas, de luxo ou extremamente pobres.

Nota-se que é a lógica do capital, através de sua dinâmica inserida em diferentes contextos, que influencia os agentes sociais no constante processo de reorganização espacial. Processo este que transforma o espaço urbano através das diferentes formas de uso e ocupação da terra, modificando ou consolidando as formas espaciais.

Portanto, o espaço geográfico faz parte do processo de reprodução social. É um produto que expressa o processo segundo o qual o homem produz, através de

5 Deve-se destacar que referente à dialética sócio-espacial, tem-se que as análises de Marx são apontadas como pouco profundas se comparadas as suas análises sobre as relações sociais de produção e de divisão do trabalho. Ou seja, as relações espaciais de produção não receberam atenção profunda pelo teórico em questão. Todavia, geógrafos marxistas e sociólogos urbanos, destacam nas obras de Marx e de seus seguidores, expressivas contribuições ou apontamentos sobre as questões espaciais. Inclusive o desenvolvimento das análises espaciais marxistas coincidem, segundo alguns autores, com o aumento das contradições sociais e espaciais nos países centrais e periféricos, isto decorrente da crise do capitalismo a partir de 1960. Para maior aprofundamento ver: Soja (1993).

sua prática cotidiana, as condições de reprodução e desenvolvimento da humanidade. Desta forma, evidencia-se o processo de reprodução, uma vez que através da acumulação de capital junto com as práticas do cotidiano, que objetivam o desenvolvimento da humanidade, a sociedade garante a sua reprodução social. Assim, a sociedade em sua complexidade cria suas condições de vida de modo a produzir e reproduzir o espaço geográfico, ou mais especificamente o urbano.

Nesta perspectiva, os processos sociais, como a acumulação de capital e a própria reprodução social são decisivos na organização espacial urbana, isto porque os referidos processos são responsáveis por funções e formas concretizadas na cidade. Portanto, a cidade capitalista torna-se vitrine, onde esses processos se evidenciam através das formas oriundas da reorganização espacial urbana.

As formas de interpretar a cidade e a problemática espacial urbana variaram muito no decorrer do século XX. As novas ou variadas possibilidades interpretativas relacionam-se à forma como as cidades foram se desenvolvendo nesse período. No decorrer desse século as cidades transformaram-se no maior e mais complexo objeto geográfico produzido pelo homem, no dizer de Milton Santos (2004)

Na segunda metade desse século passado houve uma integração econômico-sociológico-geográfica para analisar a urbanização. Esse novo enfoque foi necessário diante do intenso processo de urbanização inserido num contexto de capitalismo avançado.

A cidade e todo processo de urbanização necessitava de um novo tratamento compatível com o grau de desenvolvimento do capitalismo mundial. A importância em ter instrumentos que possibilitem a análise atual do processo de urbanização deve-se à necessidade de se compreender a dinâmica do capital e de toda economia mundial.

A crescente importância do capital monopolista, sua expansão em escala global e sua dependência cada vez maior de administração e planejamento estatais foram interpretadas como havendo introduzido novas condições históricas (e espaciais) nas formações sociais capitalistas contemporâneas, e por tanto, na política de luta de classes. Entre outros efeitos, essas novas condições exigiriam uma abordagem da cidade e do processo de urbanização diferente da que havia caracterizado o tratamento dos problemas urbanos no capitalismo competitivo da época de Marx. O processo de urbanização tornou-se um hieróglifo social revelador, através do qual era possível desvendar a dinâmica do desenvolvimento capitalista do pós-guerra, bem como desenvolver a estratégia de uma resposta política apropriada a uma economia mundial cada vez

mais urbanizada. (SOJA, 1993, p.117-118).

Nesta perspectiva é que a abordagem do processo de urbanização, entendido através da cidade e de toda a problemática espacial, ou melhor, das relações espaciais urbanas, auxiliam na compreensão das dinâmicas da economia mundial e de seus reflexos. Portanto, considerando-se a dinamicidade do capital e sua interferência direta no plano espacial, pôde-se construir uma nova interpretação da cidade. Deste modo, além da produção, também a reprodução da sociedade capitalista passou a ser tratada em sua complexidade, ou seja, diferentes variáveis.

Portanto, ao se falar sobre a cidade, faz-se necessário considerar a urbanização e a industrialização como determinantes para o processo de expansão urbana. A cidade pode ser vista como o local de produção de mercadorias, onde ocorre a concentração do consumo, como também da mão de obra e toda uma estrutura que possibilita essa produção.

Ainda mais ao se considerar a urbanização da sociedade, nota-se que a cidade não é somente o local da produção de mercadorias para a industrialização, mas também o local que possibilita e viabiliza o processo produtivo. Neste sentido, da lógica das relações de produção, a cidade deve viabilizar a produção como também favorecer o consumo. Deste modo, a cidade passa a estar subordinada à lógica das relações econômicas a ponto de o espaço ser apresentado como mercadoria, o que constantemente envolve o homem nesta “mercantilização”. Mas, convém lembrar que a cidade não é apenas isso. Não é apenas a lógica das relações econômicas que a determina. Mais adiante, se abordará esses outros aspectos.

Portanto, a indústria em sua lógica produtiva age não somente na esfera da produção, mas também no âmbito da cidade, isto é, nas relações sociais que envolvem a troca e o uso. Neste sentido, a reprodução das relações sociais de produção nada mais é do que o próprio processo de acumulação do capital que interfere diretamente na vida da população.

Mas referindo-se estritamente à cidade, sob o capitalismo, percebe-se que a lógica da acumulação interfere diretamente na forma da cidade. Isso ocorre porque o capital visa suas necessidades de reprodução, redefinindo a centralidade de modo a fragmentá-la como também a aglutiná-la. Esses aspectos são notados, por exemplo, na concentração dos equipamentos para o consumo, como também na localização das empresas, do comércio, dos serviços em setores específicos da cidade.

Corrêa (1995) destaca que a fragmentação é

evidenciada na própria cidade através de partes, ou setores, que, entretanto, estão ligados ou articulados, na maioria das vezes, pelo centro da cidade. Neste sentido, evidencia-se a importância do centro, atraindo fluxos de pessoas, de mercadorias, de informações, enfim, articulando-se com outros setores fragmentados da cidade, ou seja, com as novas centralidades que vão surgindo. Desta forma destaca-se a importância das vias de circulação e de transportes.

O que se quer enfatizar é que, a própria centralidade, considerando-se esta perspectiva da dinâmica das relações econômicas, produz a sua descentralização, através da desconcentração das atividades o que reflete, obviamente, na também descentralização de sua forma.

Verifica-se, portanto, que a cidade apresenta uma nova dimensão, relacionada ao fato de ser o lócus da reprodução da sociedade capitalista, no que tange principalmente ao trabalho e o consumo e evidentemente vai ser alterado na medida em que esta sociedade passa por um processo de profundas alterações ou reestruturação. De acordo com esta perspectiva, a da influência do capital no espaço urbano, que se pode entender o papel do planejamento urbano, como um instrumento na organização e reorganização do espaço.

No entanto, o planejamento recebe críticas, isto devido o Estado conduzi-lo de modo a privilegiar os interesses da classe dominante, o que aumenta ainda mais as contradições sociais.

A cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo do centro de produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo. O planejamento urbano foi criticamente examinado como um instrumento do Estado, que atendia às classes dominantes através da organização e reorganização do espaço urbano em benefício da acumulação do capital e da administração da crise. (SOJA, 1993, p. 118)

O enfoque dado ao planejamento, que traz à discussão o papel do Estado e conseqüentemente a organização e reorganização espacial, é ponto destacável uma vez que tem relação direta com a produção, a reprodução e o consumo do espaço, a partir de sua interferência na organização do espaço urbano para e pelo capital. Soja (1993) destaca o conflito de classes no ambiente urbano, através da luta decorrente da carência de desenvolvimento em relação à habitação e prestação de serviços por parte do Estado.

De acordo com o exposto, na busca da compreensão da questão da centralidade ainda é necessário definir de que forma o espaço é modificado em virtude das interferências em nível global e local, considerando-se inclusive a atuação do capital e do Estado.

## CENTRALIDADE

Para os objetivos deste trabalho, ao se estudar a questão da (re) produção do espaço urbano discutindo a questão da centralidade, é fundamental discutir as novas centralidades verificando as mudanças ocorridas nas áreas centrais que proporcionam a redefinição da centralidade intraurbana (centralidade e descentralização territorial).

Nesse caso em especial, privilegiou-se a escala intraurbana para, a partir da mesma, compreender como ocorre a centralidade enfocando as suas formas de expressão territorial e espacial. Merece destaque, uma outra possibilidade de análise referente a questão das redes urbanas, ou seja, relacionando a cidade em estudo com outras cidades numa dimensão em escala interurbana.<sup>6</sup>

Através de estudos que tratam da urbanização, observa-se que as áreas centrais das cidades passam por um processo de crescimento que evidencia a produção de novas expressões da centralidade (desdobramento da área central, surgimento de subcentros, instalação de *shoppings-centers* e hipermercados)<sup>7</sup>,

6 A diferenciação entre intraurbano e interurbano, é uma questão de escala geográfica. No estudo da centralidade urbana através da escala intraurbana é observado o centro, ou os centros, e as suas repercussões territoriais na cidade bem como na aglomeração urbana. A centralidade urbana analisada na dimensão interurbana compreende a cidade principal e toda a sua articulação com outras cidades, formando uma rede de cidades. Ainda merece destacar que optando por uma postura ou outra as variáveis, ou determinantes, locais como regionais e globais devem ser consideradas. Por fim, não é objetivo contrapor intraurbano x interurbano como dualidades, mas apenas defini-los. Na obra *Espaço intra-urbano no Brasil*, Villaça (1998) realiza discussão sobre esta questão ao apresentar seu estudo sobre localização urbana.

7 Estes termos que servirão para designar algumas das novas expressões da centralidade urbana foram retirados de Spósito (1991) *O centro e as novas formas de expressão da centralidade urbana*. Torna-se pertinente dizer que os termos que se referem as expressões da centralidade (o centro; desdobramento da área central; subcentros; *shoppings-centers* e hipermercados), apresentados, são todos elementos relacionados uns aos outros dentro de um mesmo processo. Apesar disto alguns autores utilizam denominações diferentes acerca da mesma expressão do processo de centralidade, ou então, baseados em diferença escalar, ou seja, através de análise regional e não restrita a cidade. No entanto, todas essas variáveis - denominações - recebem influências no nível global como local, de modo a formar algumas particularidades, mas sem desconsiderar as linhas gerais do processo.



e que provocam repercussões socioespaciais que se constituem em elementos de suma importância para as ações do poder público municipal, através do planejamento urbano.

Trata-se da descentralização e é a multiplicação e a diversificação do centro, que forma a cidade polinucleada ou policentrada, de acordo com a evolução de uma estrutura urbana capitalista.

As atividades que compõem as novas formas de centralidade correspondem ao comércio e à prestação de serviços que se apresentam não só descentralizados, como também, centralizados. Deste modo, explicita-se a produção de uma nova dinâmica econômica territorial, como também, uma nova espacialização urbana, ou seja, a ocorrência de novos processos espaciais.

Na questão que se refere aos processos espaciais e a cidade, isto é, para a organização e reorganização do espaço da cidade, Corrêa (1997), reportando-se a outros autores como: Harvey, Capel, Form, entre outros, identifica os seguintes processos espaciais: *centralização; descentralização; coesão; segregação; invasão-sucessão e inércia.*

Precisa ser destacado que os processos espaciais mencionados por Corrêa (1997) ocorrem principalmente nas metrópoles modernas e localizadas em países capitalistas avançados. Apesar disso, para a compreensão dos processos espaciais em cidades dos demais países capitalistas, este conteúdo é também valioso.

Corrêa (1997) realiza nova contribuição quando destaca que ao estudar a cidade com o objetivo específico de focar o espaço urbano, o geógrafo pode realizar diferentes abordagens, mas não deve deixar de considerar a existência das seguintes características, ou momentos do espaço: fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e de lutas. Essas características se complementam e possibilitam diferentes visões do espaço urbano. Portanto, numa pesquisa sobre centralidade urbana haverá inevitavelmente o enfoque do espaço urbano.

Teórico que contribui significativamente nesta discussão é Gottdiener (1993). Em *A produção social do espaço urbano* discute a relação espaço e sociedade, realizando análise crítica de diferentes paradigmas do estudo urbano como: ecologia, economia, geografia urbana e economia política marxista.

O autor enfoca a transformação do urbano e uma nova forma de espaço decorrente de transformações da organização social. Assim, apresenta toda uma discussão sobre novas questões do espaço e urbanização, destacando a necessidade de novas leituras para a compreensão desta problemática na atualidade. Também deve ser destacado que seu estudo refere-se

às metrópoles americanas, no entanto, isto não anula suas pertinências para nossos estudos, desde que respeitadas as devidas particularidades.

Para a compreensão do que vem a ser o centro e as novas expressões da centralidade – desdobramento da área central, subcentros, *shoppings-centers* e hipermercados – enfoca o processo de estruturação urbana sob o capitalismo. Isso porque, para esse autor, apenas observar características como forma e conteúdo da nova espacialidade do centro e das novas centralidades não é suficiente, uma vez que essas formas espaciais são também expressões do processo de divisão técnica e social do trabalho.

No processo de estruturação urbana capitalista, os meios de produção, a gestão e a força de trabalho estão concentrados de modo a revelar a interdependência entre esses elementos, como também, entre os trabalhadores e os meios de consumo que lhes são necessários. Portanto, observa-se que juntamente com a concentração econômica, social e espacial ocorre a interdependência entre estes diferentes elementos, o que proporciona uma determinada estrutura urbana, típica da cidade capitalista. Sendo assim, o centro e as novas centralidades, surgem como novas localizações e formas no espaço urbano adequadas à atual etapa de desenvolvimento do capitalismo.

Gottdiener (1993) destaca que os padrões de organização espacial mudaram, ou seja, surgiram novas características no espaço, uma vez que se tem também uma nova organização social. O autor identifica um processo de desconcentração nas metrópoles dos Estados Unidos.

Explica esse fenômeno, a partir do expressivo aumento de atividades sociais e de população em novas áreas, ou seja, distantes dos centros tradicionais.

Desconcentração se refere ao aumento absoluto de população e a densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais. [...] nessa visão o processo de desconcentração implica tanto um movimento sócio-econômico que sai das cidades centrais mais antigas para áreas afastadas - ou descentralização - quanto ao surgimento de aglomeração tipo cidade e a formação de densidade social em áreas afastadas - ou concentração. (GOTTDIENER, 1993, p.19)

Para o autor desconcentração é um conceito mais geral, podendo se manifestar tanto através da descentralização como da concentração. No caso da descentralização, nota-se um fluxo das atividades socioeconômicas de aglomerações mais antigas para novas áreas mais distantes. Já a concentração é identificada

através da aglomeração, ou da formação de densidade social também em áreas distantes, fora das cidades centrais mais antigas.

O mesmo autor, ainda, contribui ao deixar claro que fatores externos e internos são elementos, ou variáveis, responsáveis neste processo de desconcentração, destacando que a descentralização é responsável pela aglomeração em áreas mais afastadas. Portanto, a relação descentralização – aglomeração uma vez que a primeira causa a segunda. Ou seja, na medida em que fatores externos e internos provocam o processo de descentralização, ocorre uma mudança socioeconômica de áreas centrais para outras áreas mais distantes – relocalização – o que é notado através da aglomeração.

Mas o estudo do centro e das formas de expressão da centralidade urbana representa temática também significativa na compreensão do processo de produção e estruturação das cidades. Nesta questão urbana, temas geográficos como: escala, território e espaço são imprescindíveis à análise da cidade.

A análise da produção e estruturação das cidades, bem como da discussão centro – centralidade necessita inicialmente de uma abordagem sobre a questão do centro. Esta análise, inclusive, possibilita a compreensão sobre o crescimento espacial das cidades.

O centro da cidade apresenta certa complexidade física e humana que o diferencia do seu entorno, como de outros setores da cidade. Numa cidade podem coexistir vários centros com grau expressivo de concentração de comércio e prestação de serviços. No entanto, deve-se destacar que não obrigatoriamente o centro corresponde ao ponto central geográfico da cidade, ou seja, pode não estar localizado no local inicial onde a cidade se originou.

O 'centro' da cidade se caracteriza por uma paisagem arquitetural e humana muito mais complexa que nos setores precedentes. Além do mais sua localização não é necessariamente central [...]

Nos países subdesenvolvidos suas características mais marcantes são a de constituir o nódulo principal da rede de vias urbanas (quanto a este ponto, pode haver vários centros de uma mesma cidade) e de apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comércios. (SANTOS, 1981, p.181).

Ainda com relação ao centro, é significativo definir seu papel na convergência e divergência de fluxos, ou seja, para onde se concentra e se dispersa toda uma quantidade de circulação do sistema urbano. O centro é

um ponto de referência na cidade que polariza atividades econômicas, principalmente comerciais e financeiras, possibilitando movimento de pessoas, produtos e dinheiro. Deste modo, os centros executam, ou melhor, concentram o consumo de bens e serviços.

Segundo Corrêa (1997) a Área Central corresponde à forma espacial do que o próprio autor chama de centralização. A centralização é produto da redefinição do capitalismo industrial e a sua economia de mercado, através do comércio atacadista, depósitos, indústrias e serviços que foram se expandindo e evoluindo. Deste modo, a centralização corresponde à área central onde concentram-se as principais atividades comerciais, de prestação de serviços, gestão e transporte, além de destacar-se pela verticalização.

Mas no que se refere a formação da área central, Corrêa (1995), explica que é presente na cidade o fluxo de capitais, mercadorias, pessoas e ideias, sendo que esses elementos tornaram-se mais expressivos com a Revolução Industrial, pois as ligações das cidades com outras regiões e partes do mundo passaram a ocorrer com maior facilidade, isto devido ao desenvolvimento dos transportes, em especial o ferroviário. Assim, neste processo foi imprescindível a acessibilidade, ou seja, o acesso propiciado pelos setores de transporte interurbano e intraurbano.

Foi justamente com a implantação dos terminais ferroviários e marítimos em algumas cidades que o comércio, indústrias, escritórios, e outros estabelecimentos passaram a buscar uma localização próxima destes terminais, com o objetivo de baixar os custos com transportes.

Consequentemente neste ponto de convergência houve também a implantação e/ou desenvolvimento do setor de transportes intraurbano o que favoreceu o acesso tanto de compradores como de mão de obra. Enfim, favoreceu-se a circulação na área central. Entretanto, deve-se destacar que a organização dos transportes públicos se deu principalmente para o deslocamento da força de trabalho, ou seja, atendendo as necessidades do capital.

Nesta perspectiva, a área central passa a ter valor ainda maior, ou seja, os preços da terra e dos imóveis se elevam decorrente das vantagens locais. Portanto, localizam-se na área central os estabelecimentos que necessitam da acessibilidade e outras vantagens locais, desde que obtendo o lucro desejado. Em contrapartida essa valorização da área central provoca a mudança para outras áreas não centrais de estabelecimentos - atividades - que não possam pagar por esta localização.

Localizam-se na Área Central aquelas que são capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados: são as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade. As outras atividades, que não requeriam nem suportavam uma localização central, localizavam-se fora da Área Central. O seu aparecimento se deve assim às demandas espaciais do capitalismo em sua fase concorrencial, onde a localização central constituía-se em fator crucial na competição capitalista. A Área Central é assim, e em grande parte, um produto da ação dos proprietários dos meios de produção, ainda que o Estado fosse chamado a intervir. (CORRÊA, 1995, p. 40).

De acordo com o exposto, percebe-se a competitividade na lógica do capitalismo e presente na questão espacial. Portanto, em se tratando das áreas centrais, a sua localização, como o próprio termo diz, favorece sua valorização e conseqüentemente a competição entre os setores da economia que podem e necessitam pagar pelas vantagens presentes neste local.

No espaço urbano, a localização apresenta-se como elemento de grande importância (disputa) entre aqueles que detêm os meios de produção. Assim, essa competitividade que atribui à área central caráter de produto também provoca outras questões como a valorização do solo urbano e a especulação imobiliária.

Mas, a área central e as novas centralidades apresentam uma redefinição funcional que “reflete” na sua organização espacial, em função das mudanças de atividades de gestão, comércio, serviços.

Vale aqui mencionar a contribuição de Corrêa (1995; 1997), para quem o espaço urbano é concomitante fragmentado, articulado, reflexo da sociedade e condicionante social. Portanto, para este autor a sociedade está materializada nas formas espaciais. Neste sentido, a área central e as novas centralidades exprimem a referida redefinição em sua funcionalidade, o que é expresso no espaço através de sua organização, ou ainda, reorganização espacial.

O próprio centro demonstra que, ao receber influências externas e internas, junto de interferências econômicas como também governamentais, ocorre a alteração de sua funcionalidade. Assim, redefinem-se suas funções, refletindo essas mudanças em todo o tecido urbano, inclusive na formação de novos centros.

Merece ser destacado que de acordo com Le Goff (1998), respeitando as diferenças em também diferentes partes do mundo, as cidades europeias e americanas, inclusive por influência dos próprios Estados Unidos, têm apresentado a multiplicação dos seus – centros nevrálgicos – o que caracteriza o policentrismo.

Todavia, o referido autor destaca que, apesar de muito raro, o policentrismo esteve também presente em algumas cidades medievais. Isso ocorrera, segundo o autor, quando as disputas entre ordens religiosas e bispos provocavam a construção de conventos em lugares distantes o que originava aglomerações no entorno destas construções religiosas.

Apesar desta afirmação de Le Goff (1998), não é possível comparar o policentrismo apresentado na Idade Média com o que ocorre atualmente. Isso porque a diferença de escala, como também de contexto, entre as cidades da Idade Média e as contemporâneas é muito grande.

Mas, ainda na Idade Média o que existia de significativo para formação de possível centralidade era o mercado. Neste caso, o mercado em cidades da Idade Média demonstra a atração de um fluxo que caracteriza o centro geralmente localizado nas imediações do portão da cidade.

Vale destacar que com o desenvolvimento do mercantilismo e o crescimento do comércio e das cidades passam a surgir outros mercados, isso além das feiras que também definem surgimento de novas aglomerações.

Um outro aspecto, ou característica da área central, que prevaleceu por muitos séculos, diz respeito ao centro da cidade ser local de moradia da elite, algo que hoje não possui mais expressão. O prestígio em residir no centro da cidade era muito presente até poucas décadas e essa característica remonta as primeiras cidades da Ásia e da América.

Ocorria que a elite residia no centro das cidades o que simbolizava o poder, além de facilitar a comunicação, transporte e segurança. Inclusive convém lembrar que a própria ideia de centro está associada à de poder.

A elite morava na cidade; e mais, ela e seus dependentes congregavam-se particularmente no centro da cidade. Esse centro era a área de maior prestígio, onde se encontravam os edifícios religiosos e governamentais. Tal concentração tinha uma dupla importância em uma época em que a comunicação e o transporte eram rudimentares, a proximidade entre os membros da elite incentivava o intercâmbio de idéias; e, ao mesmo tempo, dava à classe dominante a máxima proteção contra ataques externos. (SJOBERG, 1972, p. 43).

Mas retornando à atualidade, nota-se que a saída das famílias tradicionais da área central está associada a um processo de deterioração. Porém, nas últimas décadas têm ocorrido projetos de revitalização da área central.

Justamente sobre a revitalização, algumas abordagens mais críticas questionam o uso da cidade como mercadoria, com o surgimento do empresariamento em contrapartida ao empresariado e gerenciamento.

Segundo Harvey (1996), houve uma mudança para o empresariamento na administração urbana, isto dos anos 60 para os anos 70 e 80, decorrente principalmente da difícil situação pós 1973 com a desindustrialização, desempregos, entre outros aspectos que atingiram as economias capitalistas.

Nesta perspectiva as cidades passaram por políticas urbanas para o seu crescimento que buscavam se beneficiar de novos investimentos. Assim, as cidades se distanciam do gerenciamento urbano tornando-se nítido o caráter empresarial que aprofunda as relações capitalistas do desenvolvimento desigual.

Na prática, a relação da deterioração, já mencionada, com a revitalização, está na ênfase colocada na cidade como negócio, isto a partir da mudança de diretriz do gerenciamento para o empresariamento. Ou seja, além das estratégias para atrair investimentos e conseqüentemente o crescimento urbano, nota-se na cidade a necessidade de expulsar os pobres, para que a cidade seja embelezada para assim poder ser “vendida” para os projetos mercantis, para construção de *shoppings-centers*, de lugares mais sofisticados que atraem investimentos, turistas, enfim que deem lucro.

Percebe-se o avesso da degradação. Para que isso seja feito é necessário retirar pessoas (prostitutas, homossexuais, pobres, etc.) deste local, pois a cidade torna-se um negócio. Especificamente no caso do centro, também há o caso das famílias tradicionais que se mudaram do centro deteriorado para outros setores da cidade, de modo que este antigo local passa a ser ocupado por pobres. Todavia, quando posta em prática a revitalização estes últimos, sendo considerados incômodos, são expulsos, porém, as antigas famílias não retornam para o centro.

Harvey (1996) aponta que o empresariamento urbano está diretamente relacionado à manutenção do desenvolvimento desigual capitalista. Segundo o autor, a revitalização das economias urbanas apresenta projetos superficiais, pois divulga sucesso no desenvolvimento urbano sem apresentar a grande problemática socioeconômica que continua nas cidades, como exemplo, a cidade com um centro renovado, porém, cercada pela pobreza crescente.

Atualmente, no que diz respeito ao centro, ainda há muita discussão sobre o processo de deterioração ou “morte” dele. Mas, o que de fato está por trás desta deterioração é a reorganização espacial, inclusive vinculada ao processo de novas centralidades, principalmente

nas áreas metropolitanas. Em contrapartida, o poder público, associações comerciais e de moradores, entre outros, unem-se em projetos de revitalização destas áreas centrais deterioradas.

É importante destacar que o termo “morte”, utilizado em algumas bibliografias para designar a deterioração do centro, é um tanto quanto forte, pois o que se nota é redefinição funcional que reflete em sua forma de ocupação como em toda reorganização no espaço intraurbano. Segundo Cordeiro (1993), a expansão dos centros metropolitanos e a reorganização interna vêm contrapor a referida “morte do centro”, e também apresentar a existência de uma reorganização espacial.

Discutindo-se essa questão, Frúgoli Jr. (2000), identifica a partir de meados dos anos 60 a ocorrência da popularização do centro da cidade de São Paulo, identificado pela deterioração de parte dos equipamentos urbanos e queda no valor dos imóveis. Esse processo aconteceu com a evasão de bancos e empresas para outros locais, concomitante à presença crescente de classes populares. No entanto, o referido autor afirma que a responsabilidade pela deterioração do centro não deve ser colocada na classe popular, mas sim nas decisões do poder público e iniciativa privada que privilegiaram o desenvolvimento urbano em outros setores da cidade.

Por outro lado, investimentos em infraestrutura por parte do poder público foram realizados no setor central da cidade, todavia, sem muita eficiência em contornar o processo de deterioração.

Uma outra expressão das transformações espaciais contemporâneas relacionadas à área central é o desdobramento dela.

Segundo Spósito (1991) o desdobramento da área central compreende algumas atividades do centro principal com certa especialização apresentando-se como eixos de atividades centrais especializadas. No entanto, não são áreas contínuas ao centro principal ou subcentros, porém, são próximas e algumas vezes contornam o centro.

A esse mesmo processo espacial Corrêa (1995; 1997) denomina de *Coesão* (áreas especializadas), mas é também conhecido como economias de aglomeração e corresponde a aglomeração ou coesão das lojas do setor varejista no centro da cidade. Isso para que, com essa aglomeração, obtenham-se algumas vantagens que sejam atraídas para esse local quantidade maciça de consumidores. O processo de coesão favorece o surgimento de áreas especializadas, seja no centro tradicional, ou em áreas não centrais onde ruas ou avenidas especializam-se em atividades como de saúde, autopeças, entre outros e ocorre também esse mesmo

processo em distritos.

Deve-se destacar que a cidade ganha em complexidade urbana com o processo de coesão que pode ocorrer simultaneamente com o de centralização e descentralização.

A conseqüência deste processo é a criação de áreas especializadas, tanto na Área Central como em outros setores da cidade. Neste sentido é preciso notar que a coesão é um processo que está presente tanto na centralização como na descentralização, tornando-os de fato mais complexos, assim como a organização espacial intra-urbana. (CORRÊA, 1995, p.57).

Como exemplificação do desdobramento da área central, na cidade de São Paulo, segundo Cordeiro (1980), o setor da Avenida Paulista conhecido como Centro Paulista, ou então, o Centro Novíssimo representa o centro metropolitano desdobrado, ou seja, o Centro Paulista foi o desdobramento da área central.

A referida autora ainda caracteriza que o Centro Paulista oferece múltiplos serviços e compras, como também apresenta tendências de crescimento, enquanto o Centro Principal ainda é o importante núcleo de atividades.

Cordeiro (1993), ainda acrescenta que no processo de metropolização e reorganização espacial de São Paulo ocorreu o que a própria autora denomina de “tresdobramento” para referir-se ao Centro Berrini (Avenida Luiz Carlos Berrini) e sua concentração principalmente de empresas multinacionais.

Neste caso, da cidade de São Paulo, o que se nota é o processo de desconcentração vinculado com a expansão do centro desta metrópole desde o Centro que passa a ser denominado de Centro Principal com a estruturação do Centro Paulista até se chegar ao Centro Berrini.

Após o centro e o desdobramento da área central têm-se os subcentros que geralmente não são próximos ao centro tradicional, mas concentram muitas das mesmas atividades. Os subcentros como o próprio centro são identificados por constituírem-se em áreas onde ocorre a circulação e as trocas de mercadorias e de dinheiro.

Conforme Corrêa (1995; 1997) diminuindo o grau de centralização ocorre o que o autor chama de descentralização que favorece o surgimento dos chamados subcentros. No entanto, deve-se destacar que este é um processo e não uma relação “causal”. A descentralização surge para diminuir o grau da centralização e esse processo é expresso na distância entre as novas áreas ocupadas e a área central.

Diante do exposto o acesso das novas áreas

periféricas ao centro passa a ser imprescindível, de modo que ocorre o rápido desenvolvimento dos meios de transporte, assim, surgindo os subcentros comerciais ou até mesmo industriais tornando o espaço mais complexo.

Em primeiro lugar a descentralização torna o espaço urbano mais complexo, com vários núcleos secundários de atividades. Mas o significado dela é muito mais amplo. Para o consumidor, o aparecimento de núcleos secundários de atividades comerciais gera economias de transporte e tempo, induzindo a um maior consumo, o que é do interesse do capital produtivo e comercial. (CORRÊA, 1995, p. 47-48).

Os chamados núcleos secundários, ou seja, os subcentros também favoreceram que a população residente em sua área não necessite realizar deslocamentos até o centro uma vez que grande parte de suas necessidades são supridas pelos subcentros.

No que diz respeito à localização dos subcentros, Spósito (1991) explica que a sua localização na maioria das vezes é distante do centro e sua origem pode estar em núcleos urbanos que a cidade incorporou, sendo que os subcentros concentram as mesmas atividades do centro principal, porém, com menos atividades especializadas.

Todavia, deve-se enfatizar a constatação de Spósito (1991), a de que o subcentro possui muitas das atividades presentes no centro tradicional, porém, isto em escala menor uma vez que visa atender a demanda local. Desta forma, pode haver certa concorrência entre os dois, no entanto, o subcentro não é igual ao centro tradicional, aquele ainda é local, onde quase todas as necessidades da população são atendidas.

Ainda com relação aos subcentros, Villaça (1998, p.293) destaca que: “O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar”.

Deste modo, o subcentro é uma reprodução em dimensão menor do centro tradicional, concentrando grande parte das atividades que servem à população de um setor da cidade. Portanto, com o crescimento das cidades e o adensamento dos bairros mais distantes, que passam a concentrar população e atividades econômicas principalmente comércio e serviços, surgem os subcentros para a população local.

Sobre os subcentros e sua relação com o centro, Frugoli Jr. (2000), destaca que no caso das metrópoles, o subcentro pode complementar o centro em suas

atividades, como também pode concorrer com este na esfera econômica, provocando, inclusive, a deterioração do centro tradicional.

Em alguns casos, os subcentros guardam certas relações de complementaridade com o núcleo central, mas passam muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o centro tradicional, de modo a se tornarem ou almejem se tornar os 'novos centros'. Isso se dá, em particular, pela lógica dessa expansão, que acarreta muitas vezes a fuga de empresas para os subcentros e a deterioração urbana do núcleo original, concomitantemente à mudança na composição social da população que passa a habitar este último, marcada pela forte presença de classes populares. (FRUGOLI JR., 2000, p.26)

Esta relação do subcentro com o centro mostra a transformação na centralidade. Seja complementando ou competindo, os subcentros constituem uma expressão das novas centralidades, possuindo relação direta com o centro tradicional, no âmbito socioeconômico através das vias de comunicação e dos transportes.

Um outro elemento que influi diretamente na questão da centralidade e remete à discussão a respeito de centro – periferia também são os *shoppings-centers* e os hipermercados. Juntos os *shoppings-centers* e hipermercados impulsionam a produção de novas centralidades, ou seja, modificam a configuração espacial urbana, isto por se instalarem muitas vezes em áreas não ocupadas anteriormente, ou refuncionalizando outras áreas, ocupando o lugar abandonado por outras atividades. Isso ocorre como exemplo, na instalação onde antes havia indústria que se deslocou para outra cidade, ou armazéns ou ainda depósitos. A lógica em suas localizações está envolvida com interesse fundiário e imobiliário, entre outros, e pode ser identificado através dos novos fluxos dentro da cidade.

De acordo com Pintaudi (1992) no caso dos *shoppings-centers*, devido ao fato de o investimento imobiliário ser muito grande, o fator localização é imprescindível para a reprodução do capital (financeiro – imobiliário). Mas para que todo esse investimento seja compensado é necessário o capital comercial das lojas âncoras, de departamentos, *boutiques*, e outras que devem atrair e formar um mercado consumidor.

É comum notar os *shoppings-centers* como também hipermercados localizados próximos de rodovias ou áreas de acesso às cidades, isso para atrair a população de outras cidades da região, como também a população de passagem que pode ter acesso às compras. Essa questão estratégica de localização tem

relação direta com a centralidade, pois os centros e subcentros comerciais sentem o reflexo da instalação dos *shoppings-centers* que representam a concentração territorial do comércio.

O SC é uma das formas através das quais se vê expressa a produção monopolista do espaço. Isso significa dizer que ele não é fruto do prolongamento, da expansão comercial de um lugar, mas antes fruto de uma ruptura com o virtual destino de um lugar. Os SC não são implantados em locais tradicionalmente comerciais, a não ser eventualmente, quando as condições o permitem, e essa localização não é condição necessária. Isso nos coloca também diante do problema da centralidade.

A partir do uso do automóvel, o centro da cidade é colocado em questão. Antes de mais nada ele se pulveriza [...]. Reorganiza-se, desde então, o espaço dessa cidade, surgindo centros especializados – de compras, de decisão, financeiros. (PINTAUDI, 1992, p. 42-43).

Nota-se que a localização para os *shoppings-centers* é elemento imprescindível no estudo de sua implantação e conseqüente investimento. Neste sentido, a acessibilidade intencionada em sua localização está intimamente relacionada ao uso do automóvel e de vias de rápido acesso para atingir o mercado consumidor.

Deste modo, o redimensionamento colocado na relação centro-periferia, como por exemplo, quando da instalação dos *shoppings-centers*, exige qualidade (investimentos) no sistema viário e de transporte, inclusive para acesso rápido do público que possui automóvel. Portanto, o deslocamento é ainda mais expressivo no interior da cidade, isto com as novas formas de assentamento urbano, como também com a expansão do tecido urbano.

Também não se deve esquecer que com o processo de expansão urbana os espaços ganham em complexidade, de modo a ocorrer a fragmentação decorrente do processo de centralidade, inclusive com a própria instalação dos *shoppings-centers*. Portanto, a partir da instalação destes espaços de consumo e a conseqüente atração do seu público alvo tem-se a segmentação, além de um elemento a mais na relação centro – periferia.

Portanto, seja com os *shoppings-centers* como também com as outras formas de expressão da centralidade apresentados tem-se o espaço de assentamento se alterando junto com o de aglomeração – descentralização, identificado através do comércio, indústria,

moradia e outros que se (re) localizam-se, exigindo a também expansão de redes de comunicação como transporte, telecomunicação e outros.

Atualmente, uma desconcentração em escala regional caracteriza os padrões de crescimento do espaço de assentamento. Tal processo envolve ao mesmo tempo aglomeração e descentralização dispersas numa escala regional em expansão. Comércio, indústria, atividades culturais, estruturas políticas locais e fontes financeiras, todos abandonaram o centro histórico da cidade. Ao mesmo tempo, forças atuantes concentram certas funções dentro de locais particulares, como a localização de administração financeira e do turismo em distritos comerciais das cidades. Encadeando as milhares de atividades ao longo do espaço regional estão modos hierárquicos de organização social ligados por telecomunicações, campos eletrônicos de processamento de informação, e pela troca maciça de população através das formas de transporte. (GOTTDIENER, 1993, p.229-230).

No trecho acima Gottdiener (1993), faz referência ao processo que ele denomina desconcentração e que discute a aglomeração – descentralização. Neste caso, o referido autor, consegue expressar exatamente o que ocorre no espaço de assentamento em expansão, entretanto, referindo-se à região e, por conseguinte à metrópole. Portanto, a escala é regional. Todavia, o processo de desconcentração, que já foi apresentado anteriormente, neste mesmo capítulo, é pertinente para a questão do que se chamou de novas centralidades.

É importante salientar que devido ao aumento da concentração econômica e, conseqüentemente, do consumo exigido pelo sistema econômico, o centro e as centralidades – desdobramento da área central, subcentros, *shoppings-centers*, hipermercados – expressam a divisão técnica e social do trabalho que se reflete na separação socioespacial. Desta forma, ocorre que as atividades tradicionalmente centrais, deslocam-se de seu local originário (des) centralizam-se, e (re) localizam-se em novos pontos, ou seja, em novas centralidades, inclusive especializando-se de modo a favorecer a segregação urbana.

Portanto, todo processo da formação de novas centralidades urbanas provocam mudanças socioespaciais com significativas alterações no tecido urbano que podem ser notadas na relação centro-periferia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta discussão notou-se que as mudanças na organização espacial das cidades apresentam o surgimento de novas áreas com expressivas atividades comerciais, de serviços e todo um fluxo que expressa novas centralidades. Neste mesmo processo, ocorre a descontinuidade do território da cidade e a criação de novos espaços que representam a fragmentação.

Nesta perspectiva identificou-se também a produção de espaços interiores na cidade com suas funções específicas como: produção, consumo, moradia, e outras que influem no valor destas áreas, de acordo com sua característica ou tipo de atividade. Assim, criam-se vários centros com funções distintas evidenciados primeiramente em metrópoles e grandes cidades e num segundo momento em cidades médias contrapondo-se a antiga cidade (pequena), com centro único.

Ao que se refere ao centro percebeu-se que as áreas centrais das cidades atravessaram um período de saída dos moradores tradicionais e de concentração do comércio voltado ao público que necessita principalmente de transporte público. Associado a essa questão está a polêmica sobre a deterioração e revitalização, ou ainda refuncionalização das áreas centrais, que conforme apresentado neste artigo, recebe opiniões divergentes sobre o uso da cidade como mercadoria.

Ainda sobre o centro, notou-se cada vez mais o distanciamento do gerenciamento e a presença do caráter empresarial colocando a cidade como negócio. Inclusive quando se divulga o processo de deterioração, o que ocorre é uma reorganização espacial relacionado ao próprio processo de novas centralidades, em especial nas metrópoles, portanto, contrário ao termo morte comumente utilizado.

Outro fator identificado na realização desta pesquisa foi o papel relevante da localização que se configura como elemento de grande importância para a valorização do solo urbano como também da especulação imobiliária. Isso decorre da competição capitalista presente no espaço urbano, pois a localização favorece os que detêm os meios de produção. Neste sentido, destacam-se, por exemplo, os *shopping-centers*, que considerando o alto investimento imobiliário envolvido em sua instalação, tem a lógica de sua localização como primordial para assim atender toda uma região com maior número de consumidores possíveis.

A especialização de áreas comerciais e de serviços constitui-se num outro processo espacial identificado e que ocorre no centro tradicional, assim como em outros setores da cidade. Esse processo representa uma aglomeração de comércio e serviços que tem como

intuito privilegiar-se desta concentração, localização, uma vez que estas áreas tornam-se conhecida pelos consumidores por concentrar determinado tipo de comércio ou serviços.

Mas a concentração também ocorre em setores mais distantes do centro, como os subcentros comerciais que surgem favorecendo a população principalmente de setores periféricos que passam a ter as suas necessidades atendidas em parte nestes centros secundários, assim não necessitando realizar grandes deslocamentos.

A compreensão destas novas áreas de concentração ou centralidade está intimamente relacionada à análise dos processos envolvidos na (re) produção do espaço urbano e na sua reestruturação. Deste modo, através deste estudo compreendeu-se que aspectos relacionados à formação socioespacial podem contribuir, por exemplo, na implementação de políticas públicas. Os investimentos públicos são decisivos na concentração de comércio e serviços, todavia, o planejamento dos diferentes setores de uma cidade precisa ser realizado para comportar tal crescimento/adensamento, ou melhor, concentração.

Outro ponto, observado como de grande importância refere-se à discussão sobre a relação centro, periferia e novas centralidades com a dimensão social e econômica que são dinâmicas e que, decorrente

disto, alteram constantemente o espaço urbano. Neste sentido a própria morfologia urbana é alterada diante da definição das novas centralidades. Esse aspecto foi notado, pois a cidade através de seu tecido urbano possui uma dinâmica contraditória de concentração e descentralização dos espaços urbanos numa constante redefinição da relação centro – periferia, que expressa às novas centralidades.

Portanto, conclui-se que a centralidade surge como resposta espacial da dicotomia centro – periferia da qual a presente combinação concentração e descentralização alteram o espaço urbano. Deste modo, nesta relação centro – periferia, a centralidade constitui-se na superação de modo a relativizar esta relação, e justamente nesta perspectiva que ocorrem as alterações espaciais na configuração de novas centralidades.

Enfim, as dinâmicas presentes na discussão do objeto de estudo em questão são muitas e envolvem a estruturação interna da cidade, desde a nova localização dos equipamentos de comércio e de serviços, a redefinição centro – periferia, a criação de núcleos habitacionais e condomínios, a especulação imobiliária, exclusão, segregação urbana e também as próprias medidas adotadas pela gestão municipal. Diante destes aspectos ocorrerá o aprofundamento desta pesquisa assim como a realização de outras através de estudos de caso.

## REFERÊNCIAS

- CORDEIRO, Helena Kohn. *O centro da metrópole paulistana: expansão recente*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, Série teses e monografias, n. 40, 1980.
- CORDEIRO, Helena Kohn. A 'Cidade Mundial' de São Paulo e o complexo corporativo do eu centro metropolitano. In: SANTOS, M. *et al.* *O novo mapa do mundo: fim do século e globalização*. São Paulo: Hucitec/ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1993, p. 318-331.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FRUGOLI JÚNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*. São Paulo: NERU, n. 39, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PINTAUDI, Silvana M. O *Shopping-Center* no Brasil. In: PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Shoppings centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 38-46.
- SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. Tradução: Antônia Dea Erdens, Maria Auxiliadora. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.



SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.

SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: DAVIS, Kingsley *et al.* *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 37-52.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. *Território*, São Paulo, n. 4, p. 27-37, 1998.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

